O setor bélico:
por que ele se instalou no coração da economia estadunidense?

Gilson Dantas
Doutor em Sociologia pela
Universidade de Brasília (UNB)

O setor bélico: por que ele se instalou no coração da economia estadunidense? (O setor bélico em sua condição de estímulo econômico)

A colossal desproporção alcançada pelo setor bélico estadunidense – amparada por gastos militares estatais igualmente bilionários – será examinada neste artigo como parte da crise contemporânea do capital. Ao mesmo tempo as peculiaridades do setor bélico serão analisadas na tentativa de esclarecimento do seguinte problema: quais as peculiaridades dos gastos públicos do tipo militar que leva a que sejam mantidos e amplificados, no mesmo processo em que prevalecem cortes sobre boa parte dos demais gastos do Estado? Argumentos de autores marxistas como Louis Gill e Paul Mattick dentre outros serão referência na tentativa de enfocar, para além das aparências e das decisões políticas, dados evidentemente cruciais, outros elementos que ajudem na compreensão do papel das despesas e da produção bélica no atual funcionamento capitalista.

The military sector: why has it been installed in the core of American economy? (The military sector as a stimulus for the economy)

The huge disproportioned size reached by the military sector in the United States – based on the equally billionaire military expenditure – will be analyzed in this article as an element of the contemporaneous crisis of capital. At the same time the specificity of the military industry will be also analyzed aiming to solve the following question: why the military budget is maintained and enlarged when most of the other state expenditures are being cut off? Claims of Marxists thinkers such as Louis Gill and Paul Mattick – and others – are references for this paper. The goal here is to discuss – beyond the appearances and the processes of crucial political decisions – other elements that may help to understand the function of the military industry and expenditure in the contemporaneous capitalist process.

Este texto formula algumas observações históricas sobre a evolução do setor bélico norte-americano na segunda metade do século passado e examina aspectos da economia armamentista na condição de estímulo econômico. Diante da crise de rentabilidade do capital, frações mais altas da classe dominante passaram a recorrer ao setor bélico como estimulante econômico através de um movimento que tende a funcionar, em parte, como contra-tendência frente à crise; é certo que um setor bélico desproporcional também representa um *problema* para o próprio sistema, no entanto, este não será o tema do texto em pauta.[1] Por outro lado, e do ponto de vista metodológico, vale ressaltar que o exame da economia armamentista jamais será pensado em uma condição – que seria irreal e reducionista – de determinação *mais profunda* da crise. O contrário é verdade: é a partir da crise global do capitalismo e, *sobretudo*, das dificuldades de construção da direção política revolucionária de massas, que se torna possível compreender elementos cruciais do nosso tempo, dentre eles a hipertrofia da economia armamentista.

1

Depois de um breve período de prosperidade econômica na década de 1920, os Estados Unidos mergulharam na sua mais violenta

---

[1] Oportunamente, um segundo texto intitulado *O setor bélico norte-americano: por que ele tende a tornar-se um problema para a economia capitalista? (O setor bélico em sua condição de destruição parasitária)* dará continuidade a esse debate e ao problema aqui formulado. Textos de Gill (1996) e de Paul Mattick (1978) foram fonte básica de inspiração para o *foco* da argumentação aqui adotada.

crise – a maior crise geral da era do capitalismo financeiro – seguida da prolongada depressão econômica dos anos 1930, e só retomaram importantes taxas de crescimento através dos gastos militares colossais da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, no processo de combate à economia de guerra nazista, os Estados Unidos se converteram em potência imperialista baseada na "indústria de guerra permanente e na ocupação militar de quase todo o mundo capitalista" (Santos, 1993, p. 40), portanto com base no recurso da produção de meios de destruição e do *Warfare State*.[2]

Tabela 1

Despesas de armamentos da Inglaterra, 1934-1939
(em milhões de libras):

1934	1935	1936	1937	1938	1939
37,2	42,6	60,7	104,2	182,2	273,1

Fonte: Gill, 1983, p. 55. As cifras não incluem os salários e os custos de manutenção das tropas.

Já naqueles anos 1930, por uma série de razões políticas e, obviamente, também econômicas, países como Inglaterra e Alemanha instalaram uma economia armamentista de peso (cf. Tabela 1). No entanto, o caso mais agudo e evidente daquela época, em termos de economia armamentista, certamente foi o da Alemanha: em plena depressão mundial da economia capitalista, de posse do poder absoluto, Hitler reorganizou a economia em meio à desordem da crise através

[2] O caso norte-americano é decisivo uma vez que seu peso na economia internacional é determinante, inclusive já desde os anos da Grande Depressão: naquela época, como principal potência do mundo capitalista, os Estados Unidos controlavam dois terços do ouro mundial e sua produção industrial era maior que o conjunto da produção industrial européia.

do dirigismo de Estado orientado para a guerra (e contando com a vantagem decisiva de enfrentar massas politicamente divididas).[3]

Nos dois principais casos do século passado – a Alemanha dos anos 1930 e os Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial – o meio posto em ação foi o gasto público, o Estado como gastador-consumidor coletivo assumindo despesas desproporcionais (ou keynesianas), só que de natureza *militar*. A produção não militar – de bens de capital e de consumo (Departamentos I e II[4]) – *por si só*, como veremos mais adiante, não mais conseguirá alavancar uma nova arrancada capitalista e será por conta disso que a guerra e a economia armamentista se conformarão como o novo *elixir*, convertido em recurso por excelência do sistema em crise.

Nessa dinâmica, como se sabe, os gastos com armas envolvem pesados créditos que o governo vai buscar no capital rentista privado, numa relação estreita entre o gasto militar e o aumento do capital especulativo circulante, estabelecendo-se fortes relações políticas promíscuas entre os grandes grupos do capital financeiro e o Estado.

Em um plano mais global de análise, o que parece ter-se conformado, de alguma maneira, desde a Grande Depressão é uma espécie de esgotamento específico (ou uma tendência crônica à estagnação) por parte do capitalismo moderno. O sistema não deixará de crescer, de se expandir, de produzir bens voltados para o consumo produtivo, nem de acumular capital e massa crescente de lucros nesse terreno, mas a tendência à desproporção do setor bélico-industrial irá se destacar no conjunto da economia capitalista; e a destruição crescente e incessante de forças produtivas se desenvolverá numa escala sem precedentes para os *tempos de paz*. No argumento de Coggiola,

---

[3] Conferir, a respeito, esclarecedora análise de época sobre esse processo político em Leon Trotsky (1979).

[4] Departamentos I e II da economia, em Marx, são aqueles setores ocupados com a produção de bens de capital e bens de consumo individual, respectivamente.

> a economia armamentista posta em pé na década prévia à guerra (em primeiro lugar nas potências "totalitárias") e, posteriormente a própria economia de guerra, foram a única via de saída para a crise em que a economia capitalista mundial tinha entrado em 1929 (2002, p. 307).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), às custas de quase 40 milhões de mortos, da destruição de uma massa gigantesca de forças produtivas, foi o processo através do qual os Estados Unidos saíram da estagnação para duplicar sua riqueza nacional, afirmando-se como potência hegemônica de primeira ordem. Seus rivais capitalistas encontravam-se devastados pela guerra e passaram a estar sob a pressão de uma União Soviética expandida em direção ao Leste europeu.[5]

Se em 1939 os gastos militares estadunidenses não ultrapassavam 1,4% do PIB, pularam para 46% do PIB em 1944 e ao fim da Segunda Guerra Mundial estavam em 9% (1946); após um breve declínio, ganharam impulso com a guerra da Coréia, alcançaram o patamar de 8-9% ao longo da Guerra Fria, sem parar de crescer no período da Guerra do Vietnã, ganhando novo impulso quando, em 1983, Reagan anunciou o gigantesco e bilionário projeto Guerra nas Estrelas[6] (*Iniciativa de Defesa Estratégica*). (Cf. Figura 1.)

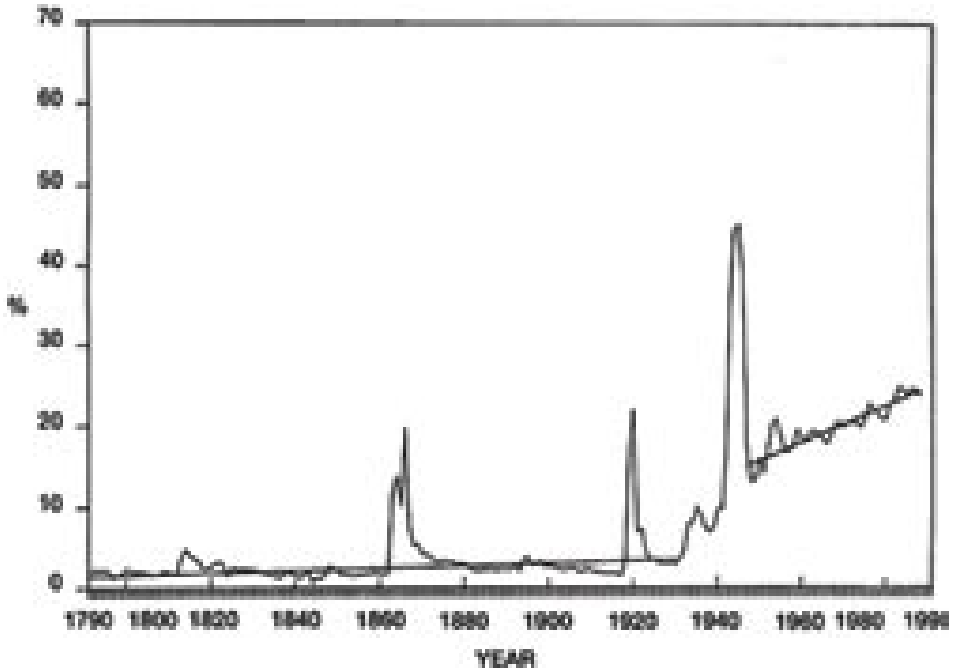
---

[5] Evidentemente há uma *unidade* entre as dimensões políticas, econômica e militar daquele processo histórico que levou os Estados Unidos à afirmação de sua completa hegemonia sobre o sistema capitalista no pós-Guerra. O resultado, em todo caso, foi que durante a Segunda Guerra Mundial, a ex-potência hegemônica do mundo capitalista, a Inglaterra, passou de exportadora a importadora de mercadorias e capitais. De 1939 a 1940, quase metade de todas as exportações americanas iam para a Inglaterra (cf. GOMES, 2003, p. 9).

[6] Com George W. Bush, o orçamento alcançou a astronômica dimensão de meio trilhão de dólares em 2005.

Figura 1

Gastos militares do governo dos Estados Unidos (1790 a 1999) em % do PIB



Fonte: Tullock, 2001

Se na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos vão encontrar as maiores taxas de crescimento da sua história, nunca mais igualadas, não há como deixar de relacionar o subsequente *boom* econômico aos gastos bélicos e seu papel de "impulso" econômico. Para Arbex Jr., "a mola mestra do sistema americano era a corrida armamentista, determinada e moldada pela Guerra Fria" (1993, p. 36).

Ao mesmo tempo em que se expandiam os gastos militares, sobretudo após a deflagração da crise econômica dos anos 1970, como já foi dito, ia sendo afirmada a preponderância do endividamento e dos ganhos financeiros sobre os não financeiros, processo que foi tomando conta da economia internacional. Nesse sentido, existe um duplo movimento: no mesmo processo em que os gastos militares passam a ser o "estímulo permanente" da economia, esta se converte no *reino* do capital financeiro em suas formas mais especulativas e parasitárias de capital fictício,

à medida em que a economia retoma a recessão.[7] Os gastos militares, portanto, parecem ter se tornado parte crucial dos meios a que o sistema passou a recorrer tentando evitar a eclosão de crises (ou afrontá-las), para se contrapor à perda de lucratividade na economia não bélica. Outros meios, dentro dessa mesma finalidade, incluem o crédito, as compras estatais, o circuito de valorização do capital fictício.

O endividamento público, ao qual os gastos militares aparecem associados,[8] se elevou, tornando os Estados Unidos, como se sabe, a economia mais armada, mas também mais endividada do mundo. A dívida pública que girava em torno de 16 bilhões de dólares nos anos 1930, pulou para 258 bilhões em 1945 e não mais desceu dos patamares altos, sendo que nesta virada de século seu estoque, nos Estados Unidos, já correspondia a um terço do PIB mundial.

Aqui se estabelece uma dinâmica mais profunda na qual a economia industrial retoma, no pós-Segunda Guerra, sua tendência estagnacionista, havendo grande massa de capitais inativos em busca de uma rentabilidade que não é encontrada fora da condição de empreiteiros bélicos do Estado e cada vez mais na especulação financeira. Neste caso o Estado irá cumprir um papel central na condição de rentista, oferecendo juros e ganhos financeiros que as frações mais concentradas do grande capital não encontram na produção corrente (não bélica). O Estado bélico-gastador e rentista irá intervir com todo peso formatando-se um regime de acumulação financeirizada do capital que se torna o próprio retrato da tendência estagnacionista que, desde então, o capital não deu conta de superar.

---

[7] Para uma mais profunda compreensão teórica desse processo, são essenciais as análises de Chesnais (1996, 1998 e 1999).

[8] O Comitê Econômico do Congresso dos Estados Unidos já estimou, em 1972, que 75% da dívida nacional foi criada pela despesa militar da Segunda Guerra Mundial e guerras da Coréia e do Vietnã. Para 1999, a parcela militar da dívida nacional foi estimada oficialmente em 51,4% (Gomes, 2003, p. 18). Serfati chama a atenção para essa relação promíscua através da qual "os 'mercados' financeiros, termo enganador para designar as organizações que centralizam enormes massas de capitais, podem, por seu comportamento, pesar com todas as suas forças nas decisões do Pentágono" (Serfati, 2002, p. 61).

É importante destacar, nessa linha de análise, que o *boom* norte-americano do período seguinte à Segunda Guerra Mundial se deveu a condições excepcionais, muito mais que ao desenvolvimento *normal* do capitalismo ou à boa gestão keynesiana da economia. O próprio Fundo Monetário Internacional, em seu Relatório Anual de 1980, emitiu o seguinte julgamento:

> Retrospectivamente, parece claro que não foi tanto a gestão da economia, mas a existência de *condições de crescimento excepcionalmente favoráveis* que originaram os resultados econômicos geralmente bons dos anos [19]50 e [19]60 (*Apud* Gill, 1996, p. 679. Grifo nosso).

Portanto, o keynesianismo não militar e os investimentos civis foram essenciais, mas não explicam plenamente o deslanche econômico daquelas décadas do pós-guerra. Neste caso, quais as "condições excepcionais" do pós-guerra que permitiram a reconstrução e a prosperidade capitalista daqueles países europeus? Para não nos limitarmos à imagem à qual fomos familiarizados de que ali ocorreu uma "boa gestão" burguesa da economia, responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas em grande escala, é essencial que não sejam omitidos três fatos.

O primeiro deles, o impacto da destruição colossal de forças produtivas provocada pela guerra; o segundo, o impulso decisivo da economia armamentista americana que, por sua vez, forneceu crédito, mercado e mercadorias importantes para a Europa; e, por fim, a superexploração do trabalho do operário alemão, italiano, em decorrência de condições políticas favoráveis[9] (por conta da aliança objetiva dos partidos comunistas e social-democratas que pac-

---

[9] Peralta argumenta que os milagres econômicos alemão e japonês do pós-guerra são inexplicáveis se não se considera o aumento significativo da jornada laboral dos trabalhadores, as restrições legais aos sindicatos e a contenção dos salários reais naquelas economias (Peralta, 2003).

tuaram certos gastos sociais na tentativa de evitar uma reviravolta política que não interessava nem a Stalin nem aos Estados Unidos). Na Europa, inúmeras medidas políticas foram tomadas para evitar uma revolução social contra a burguesia européia, assim como é verdade que concessões sociais e trabalhistas, tiveram que ser feitas em resposta à pressão dos movimentos sociais e à presença do chamado bloco comunista. Tampouco se pode omitir o processo de pilhagem dos países chamados periféricos.

Em suma, foram criadas condições políticas propícias nas quais se baseou o *boom* europeu e americano para uma maior extração de mais-valia (absoluta e relativa: jornada de trabalho mais longa e intensificação do uso da força de trabalho). A guerra lançou a Alemanha numa desordem econômica e social total, a população passava fome e não contava com sindicatos nem organizações de defesa: a vinda progressiva de mais de 10 milhões de refugiados da Alemanha Oriental forçava os salários para baixo, e dessa forma, a patronal detinha enorme poder de barganha.

> Em 1955, *a duração média da semana de trabalho do trabalhador alemão era de 50 horas, ou seja, 8 horas a mais que o trabalhador americano.* O nível dos salários de 1938 só foi alcançado novamente em 1956, e até aquela data era inferior ao salário médio de qualquer país do Norte da Europa (Gill, 1983, p. 370. Grifo nosso).

As conquistas operárias em termos de proteção social mal encobriam jornadas de trabalho relativamente mais longas.

Em meio a esse processo, a destruição gigantesca de forças produtivas na Europa e no resto do mundo e a renovação dos meios de produção que isso provocou ofereceu escoamento para a exportação americana de mercadorias e de capitais. Além disso deve-se mencionar as dezenas de bilhões de dólares que foram dos Estados Unidos para a Europa em forma de doações (Plano Marshall, de 1948 a 1952).

Os *milagres* econômicos posteriores, na Alemanha e no Japão, ocorreram em países reconstruídos dentro da imposição política americana de não sediarem setor bélico mas, por outro lado, "especializados" em escoarem boa parte da sua produção para o grande mercado americano, o que inclui equipamentos e elementos de alto valor agregado para o setor bélico dos Estados Unidos. Não se pode fazer abstração do "fato de que Japão e Alemanha, malgrado o nível relativamente débil de suas despesas militares, não estavam menos ocupados como produtores militares de primeiro plano, tendo sido esse um dos fatores que contribuíram à retomada tão rápida daqueles países depois da Segunda Guerra Mundial" (Gill, 1996, p. 669).[10]

Por outro lado, argumenta Theotônio dos Santos,

> os dados brutos fazem-nos desqualificar qualquer tentativa de apresentar o período de pós-Guerra como um milagre, como um caso típico ou uma demonstração de que o sistema atingiu um grau de eficiência e estabilidade superior aos que tinha no passado. Ao contrário, o sistema não fez nada além de recuperar-se [em relação à crise de 1929, gd] tendo porém de se utilizar de soluções tão irracionais quanto a indústria militar" (Santos, 1993, p. 56)

que, mesmo assim, sequer pôde impedir a profunda crise que se instalou pouco depois e na qual o sistema patina até hoje.

É ainda preciso observar que as condições excepcionais do pós-guerra que permitiram o *milagre* alemão logo se dissiparam. Em 1978-9 eclodiu a primeira greve desde 1929 no setor siderúrgico e, logo depois, os operários conquistaram a semana de 35 horas; com essas e outras greves, rompeu-se o "consenso social" (colaboração institucionalizada entre patronal-governo-burocracia sindical) e também

---

[10] Dificilmente o Japão teria se recuperado e alcançado suas mais altas taxas de crescimento na segunda metade dos anos 1960 se os Estados Unidos não tivessem se dedicado a tornar o Japão uma base industrial para a Guerra da Coréia e Guerra do Vietnã em 1965 (Ver Braga, 1996, p. 164).

o *milagre* que, em todo caso, já se esgotara anos antes (desde o fim dos 1950 as taxas de crescimento diminuíram).

A hipótese que está sendo formulada aqui, portanto, é a de que aquele *boom* se torna inexplicável se não se leva em conta esses processos, que incluem, de toda forma os gastos bélicos gigantescos dos Estados Unidos. A nova recessão estadunidense final dos anos 1940, por exemplo, foi superada com base no estímulo de novos gastos bélicos (Guerra da Coréia).

A Guerra Fria se converteu no novo e continuado impulso à economia de armamentos. Ou, em outros termos, o surgimento de uma nova tendência depressiva logo após o fim da Segunda Guerra Mundial levou à tentativa de superação através da expansão do complexo militar-industrial, com base no pretexto e/ou justificativa política da Guerra Fria, da Guerra da Coréia e da Guerra do Vietnã. Os gastos militares somaram, a partir da Guerra da Coréia (1950), montantes jamais vistos: este foi o contexto daquela expansão do pós-guerra. Segundo a economista Joan Robinson, uma recessão mundial séria foi evitada durante 17 anos essencialmente por conta dos dispêndios em armamentos (Coggiola, 2002, p. 376).

A desproporção desse setor por parte da economia dominante respondeu, em primeiro lugar, a uma crise profunda alcançada pela produção capitalista, e ao mesmo tempo se apoiou em peculiaridades da própria economia bélica que vale a pena considerar.

Entretanto, sempre se deve levar em conta, em toda análise sobre a crise capitalista contemporânea, que ao mesmo tempo em que o sistema ampliou a hipertrofia do complexo militar-industrial em meio à crise econômica deflagrada na virada dos anos 1960 para os 1970, ele também retomou, em grande escala, as taxas de exploração do trabalho, processo levado adiante através do neoliberalismo de Reagan e Thatcher na entrada dos anos 1980.

Essa ofensiva neoliberal dos anos 1970 e 1980 para cá pretende reencontrar a rentabilidade para o capital. São dois movimentos concomitantes e interligados: a economia armamentista norte-ame-

ricana e a ofensiva do capital sobre o trabalho. Esta última (às vezes chamada de *reestruturação produtiva*) abarca a precarização do trabalho na indústria e em serviços, o desemprego estrutural, a informalização do trabalho, a dispersão territorial da produção, a concentração de poder – inclusive da tecnologia – da burguesia sobre o conjunto da economia e da sociedade, além de outros processos afins (Cf. Braga, 1996).

Essa ofensiva do capital mais parasitário (neoliberal) pelo mundo afora não deteve a tendência estagnacionista da economia capitalista. Os gastos militares dos Estados Unidos tornaram-se estratosféricos, a dose do elixir bélico cresceu. A pergunta fica no ar: de onde vem esse impacto do militarismo como estimulante econômico?

II

Há quem argumente que as despesas militares têm esse efeito porque criam demanda e geram emprego. Esse é o primeiro argumento que costuma ser exibido para explicar o efeito "positivo" da economia armamentista. A este respeito há conhecidos estudos de Sweezy e outros, que mostram o desastre que seria para o capitalismo, inclusive em termos do desemprego, caso houvesse um hipotético encolhimento significativo do setor bélico.

As encomendas militares do governo estimulam empregos bem remunerados na indústria bélica e na estrutura estatal de defesa (e administração etc.), o que resultará em compras ao setor *produtivo*[11]

[11] Para efeitos deste artigo, e considerando que discutir *capital produtivo* e *improdutivo* talvez nos conduzisse um pouco além dos seus limites, continuaremos entendendo capital *produtivo* conforme já mencionado antes: como aquele capital dos departamentos I e II da economia, ou seja, capital industrial engajado na produção de bens de consumo e de capital. A discussão que será evitada é a que questiona se capital engajado na produção bélica é *produtivo* – no sentido de produção de mais-valia – ou não. Gill irá considerar, liminarmente, o capital aplicado na produção industrial bélica como *improdutivo*. Mattick, e outros adotam essa mesma linha.

da economia. Esse é o argumento principal de autores como Keynes ou neokeynesianos como Robinson. Há um leque de autores que vêem o gasto bélico dessa forma, inclusive – com as devidas diferenças – intelectuais marxistas, como os já citados Baran e Sweezy, que examinam o problema por essa linha da *demanda reprimida,* que acreditam que o papel estimulante das armas decorre, quase exclusivamente, do poder de compra que o Estado libera no mercado.

Essa explicação parece, entretanto, representar apenas parte da história. O primeiro problema no qual essa explicação esbarra, é que *iguala* despesa armamentista a toda e qualquer despesa pública. Despesas públicas civis, sociais ou de construção de estradas, hospitais ou escolas, *também* geram emprego e consumo. No entanto, a realidade histórica mostra que esta nunca pôde ser a via essencial do sistema. Desse ponto de vista, mesmo o *New Deal*, com seus gastos civis, não surtiu o efeito esperado: dele não resultaram investimentos decisivos do grande capital (estes só vieram a ocorrer com os gastos militares da Segunda Guerra Mundial), nem mesmo com a depressão econômica conduzindo o país mais rico do mundo ao fundo do poço em termos de indicadores econômicos.

Ou seja, despesa estatal não militar também pode gerar e gera demanda, mas, nem por isso foi – ou é – a resposta preferencial do sistema, pelo menos não no nível assumido pelas despesas bélicas. Os gastos militares – como os não militares – têm efeito multiplicador, no sentido de gerarem emprego e demanda (de consumo), mas se fossem comparados *apenas* por esse item, eles se igualariam a outros: em termos de impulso econômico não há diferença entre o gasto com a produção de caçambas ou com tanques de guerra.

Gasto *público* não bélico é um gasto a fundo perdido (o bélico também), é um gasto deficitário no sentido de despesa que não gera retorno ou lucro (o bélico também), é um gasto que pode gerar empregos e consumo privado (o bélico também). Só que o gasto público não bélico nunca foi usado como estímulo econômico permanente com a desproporcionalidade assumida no pós-Segunda

Guerra pelos gastos militares. Quando a crise geral se instala na economia real, produtiva – como se dá a partir de 1974 – esses gastos públicos não militares são os primeiros a serem *cortados*. E os militares os primeiros a serem *aumentados*. A explicação do gasto-militar-gerador-de-demanda revela, também aqui, sua insuficiência ou sua parcialidade.

Uma explicação alternativa que faz todo sentido, mas também é em si mesma parcial, é a de que gasto bélico desenvolve a produtividade e essa maior capacidade produtiva se dissemina sobre o resto da economia, sobre os setores de bens de consumo e de capital. Certamente, é preciso concordar com os seguintes dados: a) de que o setor que mais desenvolve tecnologia de ponta é a pesquisa científica bélica (financiada, sempre é bom lembrar, com dinheiro público), e b) de que aquela tecnologia ou parte dela será utilizada pelo setor industrial não bélico. É assim que as coisas acontecem embora com grande descompasso e com problemas que podem se discutir em outro momento.

Mas quando o setor não bélico emperra – como ocorreu com a produção de automóveis na depressão dos 1930 – não necessariamente se trata de um problema de desenvolvimento de novas tecnologias. Muitas dessas tecnologias para a produção de automóveis já existiam nos anos 1930 e, no entanto, não se desenvolveram plenamente naquela ocasião e nem o Estado se ocupou prioritariamente de investimentos em ciência e tecnologia (C&T) nessa direção. Como se sabe, na economia capitalista o problema, em última instância, é o do lucro. Uma análise *tecnológica* não substitui a vigência das leis da acumulação do capital e, nesse terreno, sabe-se também – desde Marx – que uma elevada intensificação da produtividade termina por se traduzir, em algum momento, em tendência à queda da taxa de lucro.

No debate, às vezes aparece uma outra explicação para o papel de estímulo econômico dos gastos militares. Mais ou menos na linha de que tais gastos correspondem à política-por-outros-meios: o militarismo permite ao país vencedor ocupar áreas antes fechadas aos seus

investimentos. Também se trata de um argumento procedente, mas é igualmente uma explicação parcial. Nesse caso, os gastos militares estariam criando condições para o capital ampliar áreas e mercados para explorar riquezas e trabalho humano. Mas nem há tantas áreas assim, nem a economia armamentista, em regra ou continuadamente, tem esses resultados, e, se tivesse, estes apenas adiariam a crise.

No entanto, é certo que o militarismo tem e teve essa função: abrir espaço para as políticas de expansão do grande capital. A ocupação recente do Iraque (segunda reserva mundial de petróleo cru) por George W. Bush tem tudo a ver com isso e o imperialismo é, por natureza, expansionista e militarista. Ocorre que a economia armamentista vem se expandindo em tempos de guerra e de "paz". Em tempos de mais crise ou menos crise, de Guerra Fria ou sem Guerra Fria (como se vê atualmente); e ocorre expansão militarista quando se trata de ocupar militarmente áreas antes fechadas ao capital mas também quando não se trata disso (casos de Granada, Haiti etc).

III

Portanto, deve haver determinações importantes que tornam as despesas militares *qualitativamente* diferentes das demais despesas públicas. Para Gill e outros autores, uma determinação, talvez a mais importante, é que gastos militares desproporcionais levam à destruição de forças produtivas. Através de gastos como os bélicos, se está remunerando – e muito bem – a destruição de valores, de forças produtivas, num procedimento que cumpre, em alguma medida, a função típica das crises.[12] Além, é claro, de gerarem demanda ao lançarem poder de compra no mercado.

---

[12] Só que, diferentemente das crises, que destroem forças produtivas e capital fictício, a economia armamentista *expande* a presença do capital fictício na economia, questão que nos remeteria para outro artigo, onde se examinassem limites e contradições do "estímulo" bélico.

Destruir forças produtivas, lentamente ou violentamente – como nas guerras –, joga um papel positivo embora contraditório, do ponto de vista da acumulação do capital e certamente resulta na produção de mercadorias que não competem com as demais (precisamente aquelas dos Departamento I e II cuja expansão se viu emperrada na longa década recessiva de 1930). Ou, em outras palavras, produção bélica equivale à produção que não entra na circulação das mercadorias *normais*. Para Gill, o militarismo realizaria a "função essencial de destruição periódica de valores, realizada por ocasião das crises" (Gill, 1996, p. 654) só que de forma permanente.

Evidentemente está sendo entendido aqui que o financiamento, pelo Estado, para aquele setor do grande capital, para que ele produza bens de destruição, que não entram na reprodução material do capitalismo, corresponde a *desvio* de forças produtivas para fora do sistema. Os departamentos I e II da economia alimentam em meios de produção e em bens de consumo ao setor da produção militar (por alguns qualificado como departamento III), cuja produção, ela mesma, não pode ser comprada por nenhum dos três setores; "ela é comprada pelo Estado e sai do ciclo da reprodução do capital social. *Uma parte das forças produtivas da sociedade se encontra assim continuamente transformada em forças destrutivas*" (Gill, 1979, p. 327. Grifo do autor).

Nenhum setor do grande capital vai se ocupar de bens de destruição – desviar forças produtivas de seu rumo tradicional – se não for bem remunerado para isto, se não conseguir, por essa via, a taxa de lucro que não encontrava em outro lado, na produção de bens de consumo e de capital. E é o Estado – Estado dos grandes oligopólios – quem vai garantir aquelas encomendas a uma taxa de lucro mais alta que a da produção de mercadorias *normais*. Aqui não se pode deixar de considerar que o setor de produção de bens de capital, de máquinas pesadas (o chamado departamento I) por sua centralidade e seu peso – tanto na crise quanto no funcionamento industrial do sistema – irá pressionar decisivamente o Estado na direção de dar

uma saída para sua crise de rentabilidade: a produção bélica logicamente lhe cai como uma luva.

Ampliar gasto público militar nas condições que têm sido levadas a cabo pelos Estados Unidos equivale a remunerar muito bem a destruição de forças produtivas ("destruição lucrativa"), e é essa função de remuneração da destruição de forças produtivas a uma alta taxa de lucro que torna a grande despesa pública com armas *qualitativamente* diferente de qualquer outra despesa pública. Essa é a racionalidade dos gastos militares desproporcionais do ponto de vista do capital, por mais que se possa questionar seu caráter parasitário, contraditório, desumano ou de ameaça à sobrevivência da própria humanidade.

Sempre será necessário que se leve em conta as mediações do quadro imperialista internacional tomado de conjunto.[13] E é nesse contexto que, a partir de certo momento histórico – do final dos anos 1920 e anos 1930 – o capitalismo monopolista já não encontrou as condições (de lucratividade, por exemplo) para seguir adiante apenas baseado no desenvolvimento das forças produtivas *normais* – automóveis, trens, linha branca etc. – a não ser promovendo ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças destrutivas, a destruição maciça de forças produtivas (ou a retirada de circulação de grande quantidade de forças produtivas).

De um determinado ponto de vista seria mais ou menos como se o sistema já não pudesse desenvolver ilimitadamente as bases materiais da sociedade e tivesse que promover *em grande escala* a dissipação de forças produtivas, a destrutividade a que se refere Mészàros. Em termos do sistema, a retirada de parte das forças produtivas do circuito *normal* das mercadorias, representará, inicialmente, um es-

---

[13] A esse respeito, pode ser encontrada uma sucinta e instigante visão política de conjunto do imperialismo no século xx em Letizia (2002). Em Arcary (2004) pode-se ler uma análise profundamente esclarecedora sobre as viragens político-revolucionárias do século xx. Também Coggiola (2002, p. 369-452), traz uma notável retrospectiva desse mesmo processo.

tímulo para as forças produtivas restantes, que passarão a crescer, a encontrar rentabilidade e demanda.

O gasto militar irá privilegiar um grupo de empresas industriais – aquelas do grande capital *bélico* tipo Lockheed Martin, Boeing, Raytheon – garantido-lhes lucros que não encontram em outro lado e fazendo crescer, em conseqüência, o poder de compra em favor do setor não militar (onde haverá algum crescimento dos postos de trabalho). Esse processo não chega a gerar, via setor bélico, vale repetir, bens consumíveis pelos indivíduos, pelo mercado (sua produção é comprada essencialmente pelo Estado sendo retirada de circulação, da reprodução social, da reprodução das bases materiais da sociedade).

Em suma, e a título de considerações finais, se pode afirmar que não foi por acaso que o complexo militar-industrial se incrustou no coração da principal economia capitalista em crise; é certo que tampouco as despesas militares representam uma "opção" no sentido estrito do termo, afinal a desproporção do setor bélico é inseparável da *profundidade* e gravidade da crise capitalista, que vem a ser determinação essencial *do próprio* armamentismo. Os grandes empreiteiros da produção bélica tornaram-se, de alguma forma, o setor que cumprirá a função de destruir forças produtivas, valores e alavancar "crescimento econômico", como condição "normal" e cotidiana do sistema. Certamente deve ser incluída nesse mesmo processo de destruição das forças produtivas a intervenção do capital financeiro em países periféricos de mais peso: é o que se expressa na crise asiática, na *quebra* de Estados (de sua capacidade de investimentos sociais, por exemplo), na privatização com mudança de ativos, fechamento e fusão de empresas, demissões em massa por conta das privatizações e desmanche do Estado etc.

Finalizando, e analisadas certas "virtudes" do setor bélico para o sistema, é preciso não deixar de assinalar que as conseqüências negativas do militarismo para a economia política do sistema – inflação, endividamento, fragilização de uma economia apoiada em tais

"bases", crise fiscal etc. – também são inexoráveis e derivam do seu já mencionado caráter contraditório e parasitário, terminando por impor limites, e por fim, certo esgotamento ao papel de *elixir* econômico daqueles gastos. Aqui já nos encontraríamos no âmbito de questões a serem problematizadas em próximo artigo que trataria do setor bélico como um *problema* para a economia capitalista, pelo caráter parasitário global dessa dissipação armada e pela conseqüente concentração de elementos de profunda instabilidade na economia norte-americana e no próprio setor bélico.[14]

Referências bibliográficas

ARBEX JR.,José. *A outra América*: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos. São Paulo: Moderna, 1993.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital*: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

———. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

———. La guerre, Wall Street et les industries d´armement, *Carré Rouge*, n. 11, p. 19-24, maio 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história:* gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 2002.

DANTAS, Gilson. *Contradições e papel da economia armamentista norte-americana na crise capitalista:* sua relação com o impasse latino-americano *(Alguns elementos teóricos)*, 236f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas-CEPPAC. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

[14] De conjunto, esse tema foi mais amplamente desenvolvido em Dantas (2003).

GILL, Louis. *L' economie capitaliste:* une analyse marxiste. Montreal: Presses Socialistes Internacionalistes, 1979, 2v.

———. *Économie mondiale et impérialisme*. Montreal, Quebec: Boréal Express, 1983.

———. *Fondements et limites du capitalism*. Montreal: Boreal, 1996.

GOMES, José Menezes. Retrospectiva da economia dos Estados Unidos no século XX. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Dinâmica da economia mundial contemporânea*. São Paulo: Scortecci, 2003.

LETIZIA, Vito. *A terceira oportunidade imperial americana*. 22 abr. 2002 (mimeo.)

MATTICK, Paul. *Marx y Keynes*. México: Era, 1978.

PERALTA, Nacho Álvares, *Claves econômicas de la guerra de Iraque:* mercados financeiros, acumulação de capital y hegemonia mundial(II). Jun. 2003. Disponível em: www.rebelion.org. Acessado em: 2 fev. 2004.

SANTOS, Theotônio dos. *Teorias do capitalismo contemporâneo*. Belo Horizonte: Vega/Novo Espaço, 1993.

SERFATI, Claude. O braço armado da mundialização. *Outubro*, São Paulo, n. 6, p. 47-65, 2002.

TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

TULLOCK, Gordon. Government Spending. In: HENDERSON, David R. *The Concise Encyclopedia of Economics*: web edition. 2001. Disponível em: http://www.econlib.org/ LIBRARY/Enc/GovernmentSpending.html.